# O DISCURSO JORNALÍSTICO DO MOVIMENTO DAS RUAS: O QUE NARRAM AS MANCHETES DE JORNAL SOBRE A MOBILIZAÇÃO POPULAR DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL[1]

**GT14: Discurso e Comunicação**

Francisco Silva Mitraud [2]
Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/ SP
fmitraud@globo.com

**Resumo**

Em junho de 2013 ocorreram no Brasil uma série de manifestações populares nas ruas de diversas cidades, deflagradas à partir do Movimento do Passe Livre, que luta pela isenção de tarifa de transporte público para jovens estudantes, no sul do país. Tais manifestações mobilizaram milhões de pessoas, surpreendendo a classe politica e os meios de comunicação de massa, e dominaram as notícias em todos os principais órgãos da imprensa. Utilizando como instrumento teórico-metodológico a Análise do Discurso de linha francesa, esse artigo se propõe a examinar as primeiras páginas de dois dos principais jornais da cidade de São Paulo, que circularam na semana do dia 15 a 22 de junho, ápice das manifestações, para compreender que sentidos foram construídos à partir de suas manchetes. Nosso exame crítico permitiu constatar que tais veículos optaram por relatar apenas e tão somente o vandalismo, a violência, os saques, os confrontos dos manifestantes com a polícia. Escrever um texto é fazer escolhas e tais

[1] Artigo apresentado ao Grupo Temático 14, Discurso y Comunicación, do XII Congresso da Associación Latinoamericana de Investigadores de las Ciencias de la Comunicación, a ser realizado de 6 a 8 de agosto de 2014, em Lima, Peru.
[2] Doutorando do PPGCOM – Escola Superior de propaganda e Marketing – ESPM/ SP.

escolhas revelam posições ideológicas. Esses veículos, não mencionando as justas aspirações populares e mesmo descaracterizando o alcance e a profundidade das mobilizações, demonstram sua adesão a valores hegemônicos.

**Palavras-Chave:** Análise do discurso; movimento do passe livre; manifestações populares; manchetes de jornal.

## Introdução

Os meses de abril, maio e junho de 2013 oferecem aos pesquisadores em Comunicação e em outras áreas das Ciências Sociais aplicadas uma variada gama de acontecimentos que marcam a história recente de nosso país. A título de exemplo, em abril, alterações na legislação estenderam os benefícios da legislação trabalhista aos empregados domésticos. É muito pouco, sabemos, mas não se pode negar o avanço. Em maio, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – aprovou, por maioria de votos (14 a 1), uma resolução que obriga os cartórios de todo o País a celebrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a converter a união estável homoafetiva em casamento. No dia 16 de maio, estudantes do tradicional curso de Direito da USP resolveram ir para a faculdade vestindo saias. A manifestação ocorreu em apoio a um estudante da USP Leste que no final de abril foi hostilizado por colegas nas redes sociais por ter ido às aulas usando uma saia[3]. Dias mais tarde, em 10 de junho de 2013, estudantes do ensino médio do tradicional Colégio Bandeirantes, de São Paulo, repetiram o gesto: comparecem à aula vestindo saias em protesto contra um incidente envolvendo dois alunos que usaram a vestimenta e por isso foram retirados do

[3] Informação disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,no-protesto-do-saiaco-alunos-de-direito-da-usp-vao-as-aulas-vestidos-de-saias,1032462,0.htm, acesso em 23/6/2013.

colégio[4]. A cobertura da mídia revela como o uso da linguagem distorce, desqualifica ou mesmo oculta o valor desses fatos.

Mas nenhum dos acontecimentos mencionados pode se aproximar da importância que tem a mobilização de mais de um milhão de pessoas que saíram às ruas para protestar em todo o Brasil.

Não é objetivo deste artigo avaliar contra quem e contra o que o povo se pôs em marcha. Não pretendemos discutir a legitimidade, o alcance político, os desdobramentos. Fundamentalmente, o que queremos é demonstrar como o uso da linguagem nos textos jornalísticos que cobriram e continuam cobrindo o movimento constroem sentidos que estão para além da materialidade textual. É uma construção a partir dos fatos, das fotos e dos textos selecionados, que se somam à memória e à história, que revelam significados e ocultam outros. Os textos selecionados dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* cobrem a semana que vai do dia 15 ao dia 22 de junho. Optamos por analisar as manchetes principais, estampadas na primeira página, pela força que alcançam no contexto destes instigantes dias.

**Linguagem e ideologia**

As palavras estão carregadas de conteúdo ideológico. Segundo nos ensina Baccega: “Ao falar, o indivíduo leva em consideração o que se pode e o que não se pode dizer” (2007: 40). E há uma razão determinante: “Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica [...]. O domínio do ideológico coincide com o

[4] Informação disponível em http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/06/alunos-de-colegio-de-sp-fazem-saiaco-em-protesto-contra-direcao.html, acesso em 23/6/2013.

domínio dos signos" (p. 32). Não são escolhas conscientes, já que as visões de mundo, os sistemas de valores dominantes, ou seja, as forças que determinam o que "pode ou não pode" ser dito estão naturalizadas e enraizadas em nosso inconsciente. De acordo com Bakhtin, "a consciência individual é um fato sócio-ideológico" (2002: 35), e por isso mesmo a palavra é o fenômeno social por excelência (p. 36).

Na sociedade, as classes que dominam os meios de produção – no contexto deste artigo, particularmente os meios de comunicação – e aquelas que trabalham convivem no mesmo espaço. E servem-se da mesma língua, dos mesmos signos linguísticos. Por isso, a palavra torna-se lugar de lutas simbólicas, lutas para que sua significação e a respectiva atribuição de valor sejam as de suas posições no processo de produção. Como diz Bakhtin, "o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes" (2002: 47). Brandão também com isso anui: "Por isso [a palavra] é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes, pontos de vista daqueles que a empregam" (2004: 9). Entretanto, se o signo resulta de um consenso (Bakhtin, 2002: 44), então o objetivo da luta travada não é apenas o de imposição coercitiva, mas o da naturalização. Assim, as classes dominantes lutam para que o significado dos signos esteja acima das diferenças de classes. Essa ideologia serve para apaziguar a sociedade, entorpecer a visão, esconder as contradições. A palavra é, portanto, a arena das lutas, mas também o canal através do qual as conformações ideológicas espraiam-se naturalizadas, já que, como vimos, a palavra penetra todos os domínios e está presente no cotidiano dos sujeitos. Ela parte dos sistemas ideológicos e está nas práticas sociais, que incluem a linguagem, ou seja, a *práxis.* É de fundamental importância compreender essas instâncias. Por sistemas ideológicos entendem-se as grandes estruturas que normatizam a vida social, através da disseminação de valores e ideários, determinando o certo e o errado, o bom e o mau. Já a *práxis* é uma categoria do paradigma marxista que expressa a ideia da "teoria em ação", ou

seja, das atividades humanas como resultado de sua capacidade teleológica. O homem idealiza e age sobre a natureza para transformá-la e produzir sua própria existência. Tendo em vista que a linguagem é parte integrante desse processo, seja porque o processo mental (ideação) implica na linguagem verbal, seja porque ela permeia as relações que cercam tais atividades, a ideia de *práxis* necessariamente inclui a linguagem. *Práxis*, em última análise, significa a palavra em ação. Dessa forma, os sistemas ideológicos se ligam através das ações humanas e da linguagem ao viver cotidiano. Para Bakhtin,

> Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência, e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano (2002: 119).

Esse sistema ideológico, incrustado no tecido social e na cotidianidade, vai preenchendo as palavras com as cargas valorativas, como já mencionado. Orlandi define muito bem que “a ideologia pode ser compreendida como a direção nos processos de significação...” (2009: 43). Walter Lippmann desenvolveu o conceito de *estereótipo* (cf. Schaff, 1973: 139) e afirma que “[...] tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela nossa cultura” (1972: 151). E continua: “... essas preconcepções governam profundamente todo o processo de percepção” (p. 156). Mas não somente a percepção. Nossas ações são também dirigidas em função da forma como lemos o mundo, como absorvemos seus valores, seus estereótipos. Schaff, ao dissertar sobre a linguagem e a ação humana, diz:

> [...] el comportamiento humano viene a menudo condicionado por impulsos mentales que orientan el pensamiento en una dirección determinada y dando curso a ciertos movimientos anímicos, a esfuerzos de la voluntad, etc., através, todo ello, del linguaje (1973: 124).

As palavras carregam, assim, conforme ensina Baccega, "máscaras ditadas pela ideologia" (2007: 40). Palavras como *pobre, negro, judeu, greve, pelego, sem terra, bicha, veado, lésbica*, entre tantas outras, carregam, em nosso contexto social, uma carga emotiva e valorativa, que é fruto dessa construção social. Muitos desses significados são construídos a partir da ideologia de uma classe dominante.

Cabe ao pesquisador do campo da Comunicação um olhar crítico e reflexivo, para desnudar, desmascarar tais sentidos, a fim de dar sua contribuição na construção de uma sociedade mais justa. Para isso, deve analisar os textos não apenas como textos, mas como parte de discursos, ou seja, o texto considerado isoladamente não conseguirá apropriar-se de todos os efeitos de sentido que dele emanam, pois seus sentidos são construídos no bojo de um contexto maior, como veremos a seguir. O discurso é, portanto, um conjunto de elementos através do qual se constrói um processo de significação entre os sujeitos. A Análise de discurso de linha francesa (ADF) é um instrumento fundamental para que tal se realize.

**Os discursos e sua análise**

Devemos iniciar nos reportando à noção de *discurso.* Ele não é um mero "conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas" (Baccega, 2007: 51), objetos de estudo da Linguística. Ele é "a palavra em movimento" (Orlandi, 2009: 15).

Orlandi (2009) considera que, mesmo em conversas do cotidiano, não há neutralidade. Todo discurso é permeado por um simbólico, por sentidos, por posições políticas. E é necessário que sua análise leve em consideração que ele é a palavra em movimento, prática de linguagem. Por isso, diz a autora:

> A primeira coisa a se observar na Análise do Discurso é que ela não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua do mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (págs. 15-16).

Para compreender seus sentidos, é necessário, sem deixar de lado o sistema linguístico, partir da análise das condições sócio-político-econômicas nas quais ele se constrói, conforme nos ensina Baccega (2007: 51), o que em ADF é tratado como Condições de Produção – CP – (Charaudeau; Maingueneau, 2008: 114; Brandão, 2004: 43; Orlandi, 2009: 30). Como diz Orlandi, as CP, em sentido estrito, são o contexto imediato; e prossegue: "... se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico" (2009: 30). Ainda dentro da categoria das CP, outra noção fundamental é a posição dos sujeitos: aquele que fala e de onde fala, aquele que recepciona e o *lugar* que cada um atribui ao outro por conta de representações imaginárias. Dentro do contexto da análise que procederemos, os jornais ocupam um lugar de autoridade e verdade; são eles, entre outros, que representam o real, trazem para o cotidiano os fatos que passam a ter relevância. Quando selecionam um fato, para noticiá-lo, recortam um pedaço da realidade social, em detrimento de tantos outros. E seu lugar de legitimidade, atribuído pelos agentes do sistema ideológico, do qual faz parte, faz com que aquele fato selecionado não só adquira relevância,

bem como o que é narrado, e da forma como é narrado, não abra espaço para que seja contestado. O que os jornais dizem ganha uma aura de verdade e de importância. Daí a necessidade de uma análise permanente e cuidadosa de seu conteúdo.

Além das CP, faz parte do discurso a memória. A memória evoca a história, acontecimentos passados que vão compor os sentidos no presente. No contexto do discurso, a memória é tratada como interdiscurso (2009: 31). Por interdiscurso entende-se o conjunto de discursos, saberes, narrativas que se delimitam reciprocamente, podendo então ser tratado como um espaço formado por conjunto de discursos.

Outra noção fundamental para a Análise do Discurso são os esquecimentos. Segundo Orlandi (p. 34), é Pêcheux quem identifica essa categoria. O esquecimento número dois, ou esquecimento enunciativo (p. 35), relaciona-se à escolha de determinadas palavras em detrimento de outras. Não é uma escolha consciente, mas o fazemos como se aquela fosse a única forma possível de falar. São os ditos, os não-ditos e os silêncios, pois quando eu escolho dizer de uma forma está implícito que deixei de dizer de outra. Há outro esquecimento. Esse é da instância do inconsciente. O sujeito, ao proferir seu discurso, apropria-se de outros, como se fossem seus, esquecendo-se de que o que fala não é original; é reprodução do já dito por outros – o esquecimento número um ou esquecimento ideológico (Orlandi, 2009: 35).

Orlandi ainda apresenta os conceitos fundamentais de *Formação discursiva e Formação ideológica*, para a Análise do Discurso. Para a autora, “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (2009: 43). O que falamos e da forma como falamos representam a formação ideológica. Não há sentido que não seja determinado pela formação ideológica. As formações discursivas, portanto,

manifestam a formação ideológica. Através da análise do discurso é possível identificar a articulação entre linguagem e ideologia.

Tendo isso em vista, a análise do discurso baseia-se no fato de que um texto, a superfície linguística, sempre está inserido num contexto mais amplo, no qual a memória, outros discursos e o processo discursivo irão configurar os sentidos expressos a partir da textualidade, mas nunca somente nela. Por isso, a autora afirma que a ADF "não trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como *fato"* (2008: 31 - grifo da autora), e coloca em relação o campo da língua com a sociedade, a linguagem e a ideologia. Segundo nos ensina Brandão (2004: 11), "a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente [...] e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia". Por essas razões, a autora conclui que uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza é o discurso (p. 46). Logo, a formação ideológica atravessa e determina a formação discursiva. Como consequência, temos que

> os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender (Orlandi, 2009: 30).

Em resumo, sempre partimos da concretude da linguagem. Da análise do texto devemos ser conduzidos ao contexto de sua produção, à história, à memória e a tudo aquilo que atravessa e dá sentido ao mesmo. Essa é a razão pela qual Paulo Freire ensina que devemos ler o mundo e ler a palavra, pois não estão separados, daí *palavramundo*. "Linguagem e realidade se prendem dinamicamente", conclui o autor (1983: 11-12). É o que procuraremos fazer nos textos selecionados.

**Análise dos textos**

Antes de entrarmos propriamente na análise dos textos, entendemos ser relevante reconstituir, ao menos em parte, a cronologia dos acontecimentos que culminaram com a mobilização de milhões de pessoas em todo o País, em meados de junho.

As mobilizações se iniciaram por iniciativa de uma organização chamada Movimento Passe Livre. Uma Campanha pelo Passe Livre já existia desde 1999, na cidade de Florianópolis. Seus membros participaram ativamente de fatos históricos, como a "Revolta do Buzu", em Salvador (2003), Revolta da Catraca, em Florianópolis (2004 e 2005) e em janeiro de 2005 foi oficialmente transformado em Movimento Passe Livre (MPL), na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em Porto Alegre. Trata-se de um movimento social autônomo, independente, apartidário (mas não antipartidário) e com estrutura horizontal (não há direção centralizada)[5]. Seu lema é "por uma vida sem catracas".

O primeiro ato em São Paulo contra o aumento dos preços do transporte público ocorreu no dia 06 de junho, a partir da convocação pelas redes sociais feita pelo MPL. Era um grupo pequeno, com no máximo 300 pessoas, que não atrapalhava o trânsito, nem a cidade, mas que foi hostilizado pela polícia com bombas de efeito moral e gás lacrimogênio. Nos dias 07 e 11 de junho ocorreram o 2º e o 3º protestos, dessa vez com maior número e com a ocupação de importantes avenidas, como a Marginal Pinheiros. Manifestantes foram presos e houve inúmeros confrontos entre policiais e a população, inclusive jornalistas. Em 13 de junho já foram milhares de pessoas saindo às ruas, na maior mobilização na história recente da cidade. Mas a polícia enfrenta os manifestantes com excessos e covardia. Balas de borracha e mais bombas são disparadas a esmo, atingindo todos indistintamente. Em 17 de junho, 100 mil pessoas tomaram as ruas de São

[5] Informações obtidas a partir da página oficial do MPL no Facebook, disponível em http://www.facebook.com/passelivresp/info, acesso em 23/6/2013.

Paulo e já não se concentravam em apenas um ponto. Vários bairros e vias importantes foram tomados pela multidão que protestava, não mais apenas pelas passagens do transporte público. As autoridades públicas recuaram ante o peso do acontecimentos. As manifestações continuaram em 18 de junho, terça-feira. Em 19 de junho, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, admitiu a possibilidade de rever a tarifa, enquanto seis capitais (Manaus, Recife, Porto Alegre, Cuiabá, João Pessoa e Natal) anunciaram a redução. No dia 20, Haddad anunciou, ao lado do governador Geraldo Alckmin, que as tarifas voltariam ao patamar de R$ 3,00. Mesmo com o anúncio, a mídia acompanhou e anunciou que mais de um milhão de pessoas ocupavam as ruas em mas de 100 cidades. Na sexta-feira, 21 de junho,  presidente Dilma Rousseff fez pronunciamento em cadeia nacional, dizendo que estava ouvindo a voz das ruas. Apesar de ainda em menor número, os movimentos prosseguiram por importantes cidades do País no sábado, 22 de junho. Os jornais de domingo, dia 23, anunciaram que movimentos de partidos, organizações e políticos começavam a discutir mudanças, como a reforma política, por exemplo.

Feita essa breve introdução, passemos a analisar os textos, como nos propusemos. Selecionamos para isso as manchetes dos dois maiores jornais paulistas, no período que vai do dia 15 ao dia 22 de junho, semana que concentrou, até então, os acontecimentos principais.

Iniciamos com as manchetes do dia 15 de junho de ambos os jornais. Quatro protestos já haviam ocorrido.

> “Alckmin vê ‘ação política’ e Haddad marca reunião: governador faz discurso duro contra manifestantes; prefeito convida MPL para discutir tarifa de transporte” (OESP) .

> “Alckmin defende PM e diz que protesto tem viés político. Haddad reafirma que não reduzirá tarifa de ônibus e marca reunião com líderes das manifestações” (FSP).

Como discutido anteriormente, a linguagem materializa posições ideológicas. Os esquecimentos ideológico e de enunciação podem ser observados na fala do governador. Primeiramente, ao escolher dizer que o ato tem viés político ou que se trata de ação política, Alckmin está querendo afirmar que é um ato político contra seu governo, que é uma ação orquestrada para atingi-lo como governador. Ao classificar as manifestações como *ato político,* utiliza o senso comum que entende *política* apenas como partidária, esquecendo-se de que todo ato é político. Esse expediente linguístico tem sido usado repetidas vezes no exercício da vida pública. E, ao dizer dessa forma, menospreza as vozes da rua. O governador também comete o esquecimento ideológico. Ao defender a PM, diz que “ela tem o dever de preservar a população. Não é possível permitir atos de vandalismo” (FSP, 15/6, p. 1). Apropria-se de outras falas, anteriores a ele, que, de algum modo, foram bem aceitas, e as aplica como se dele fossem e como se fossem verdadeiras nesse contexto. Fora a polícia que cometera excessos. O jornal destaca ainda que ele “faz discurso duro contra manifestantes”. Aqui, a palavra *duro* adquire sentido de autoridade, de legitimidade. A posição do prefeito é marcada por um “convite” e por “marcar uma reunião com líderes das manifestações”. Tanto o substantivo *convite* quando a expressão que se refere à *reunião* distanciam o prefeito do confronto aberto com os manifestantes, adotado pelo governador, embora marque também sua posição de autoridade ao mencionar que não abaixará a tarifa.

A manchete seguinte selecionada é do dia 16/6. No dia anterior não houvera manifestações, porém as repercussões em torno da violência policial estavam estampadas em algumas mídias e, principalmente, nas redes sociais. Não obstante, começamos a observar marcas textuais que definem as manifestações a

partir de olhares completamente equivocados: “Ritual de passagem: a questão da tarifa de ônibus extrapolou os centavos e culminou em repressão, feridos e centenas de presos” (OESP, 16/6). Essa manchete não pode ser considerada isoladamente; nenhum texto pode. A análise a que ora procedemos compreende toda a semana. O que ressaltamos aqui é o início das marcas textuais que remetem à violência. A palavra *repressão* evoca a história. A memória discursiva remete aos movimentos estudantis e à repressão do regime militar. Devemos frisar que há outras posições registradas, mesmo na primeira página, como a de Juan Arias: “A pior imagem que o País pode passar é a de que não respeita vozes dissonantes das ruas”, inserida logo abaixo da manchete mencionada. Mas a questão que apresentamos é a preferência que o referido veículo dá ao destacar o *negativo* do movimento. A *repressão,* ao lado da *violência,* da *prisão* e de *conflitos* confere um lugar de protagonismo aos atos de confronto dos manifestantes com a polícia. Eles não são um confronto entre policiais e manifestantes (o que é muito diferente); também não menciona se são uma resposta à ação policial ou se partem de grupos minoritários. Colocar na primeira página, como a manchete principal, faz parecer que os atos partem de vândalos, que são ilegais e que se justifica a ação policial.

Isso vai ficando mais claro nos dias seguintes. “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios” (FSP, 18/6). A expressão destacada em aspas, “contra tudo” adquire caráter irônico. Despreza a indignação da população pois, da forma como está posto, trata das reivindicações múltiplas e difusas com desdém. Dizer dessa forma equivale a *eles reclamam de tudo*. A seguir, reafirma a violência dos atos: palácios são atingidos. Abaixo da manchete é noticiado que a Assembleia do Rio é atacada e a sede do governo de São Paulo tem tentativa de invasão. Os textos que se seguem, em letras menores, esclarecem que a maior parte das manifestações foram pacíficas. Mas o grande destaque, a manchete principal, já anunciara a falta de objetividade das manifestações – o “contra tudo” – e seu caráter violento.

.

A opção de continuar ressaltando a violência prossegue no dia seguinte. As manchetes da Folha e do Estado assim destacam os atos do dia 17/6:

> Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir: Manifestação começa pacífica, com mais de 50 mil pessoas na Praça da Sé, mas grupos levam caos à região central. (FSP, 19/6)
>
> SP tem noite de caos, com ataque à Prefeitura e onda de saques. (OESP, 19/6)

As lexias “ataque”, “saque”, “vandalismo”, “caos” destacam apenas o lado *negativo* do movimento. Uma foto de policiais acuados reforça essa ideia. Os jornais da sexta-feira, 21/6, colocam em oposição duas ideias: violência de um lado e, de outro, um governo acuado.

> Protestos violentos se espalham pelo País e Dilma chama reunião: Mais de 1 milhão de pessoas vão às ruas. Em Brasília, três ministérios e o banco Central são depredados. Segundo assessores, governo federal está perplexo. (FSP, 21/6)
>
> Um milhão vai às ruas, violência cresce e Dilma convoca reunião; uma pessoa morreu atropelada em Ribeirão Preto. A polícia reprimiu tentativa de invasão do Itamaraty. No País, ao menos 96 ficaram feridos, 62 no Rio. Em São Paulo, o clima foi pacífico, mas houve incidentes entre militante do PT e manifestantes. (OESP, 21/6)

Lembramos aqui da noção de Campos associativos, de como as palavras ganham sentidos quando na presença de outras palavras e de outros campos associativos. Quando “Dilma chama reunião” se coloca ao lado de “protestos violentos”, de “depredados”, de “violência cresce”, naturalmente o sentido adquirido é de que a presidente convoca a reunião por causa dos vândalos, dos saques, da ilegalidade dos manifestantes. Ou seja, a presidente, para tratar da violência, convoca a reunião. A construção frasal conduz ao entendimento de que a reação de Dilma Rousseff se dera não porque mais de um milhão de pessoas saíram as ruas pacificamente, reivindicando serem ouvidas, mas para resolver.

Nossa última manchete analisada ocorre no dia 22 de junho: “Dilma diz que ‘não transigirá’ com violência e quer pacto com Estados” (OESP). Em seu discurso em rede nacional ocorrido na noite do dia anterior, a presidente iniciou falando que seu governo está ouvindo as vozes da rua. Mas, na manchete, novamente a marca textual é a da violência.

Queremos reiterar mais uma vez que nas páginas internas e nos articulistas de ambos os jornais, há sim menções e discussões em tornos das pautas, repercussões, caráter pacífico, crítica à ação policial etc. Mas o que destacamos são as escolhas feitas pelos veículos de, a partir das construções verbo-visuais em suas manchetes principais, destacar aspectos negativos da maior mobilização popular já ocorrida no País. Como já dito, nas manchetes de primeira página, o protagonismo não foi da cidadania, das vozes da rua, mas foi da violência e do vandalismo. E essas manchetes sobremodalizam, ou seja, indicam de que modo devem ser lidas as notícias.

É oportuno oferecermos um contraponto. Apenas um, pois, como já dissemos, os próprios jornais tratam do assunto de outra forma em outras páginas. Vejamos o exemplo da revista semanal *Carta Capital* de 26 de junho. A imagem de um jovem estilizada, em cores vermelha e azul escuro, que segura um cartaz com a frase:

“Parem de subestimar o povo”. E em letras destacadas na cor branca, o comentário: “Ninguém controla a rua: as tentativas até agora fracassadas de manipular os protestos”.

**Figura 1: Capa da Revista Carta Capital de 26/06/2013**

Nota-se que não há menção de violência, nem de vandalismo, nem de saques. O que salta da capa da revista é a força das ruas, a força do povo. A palavra de ordem “Parem de subestimar o povo” confere dignidade e legitimidade ao movimento. As páginas internas mencionam os conflitos e contradições, mas em nenhum momento concorrem para que a predominância não seja a da participação popular.

## Considerações finais

Escrever um texto é fazer escolhas. Escolhemos umas palavras no lugar de outras; definimos a forma como se encaixam nas frases, as disposições visuais, como a fonte, seu tamanho e as cores. E quando o fazemos estamos construindo sentidos. A história faz sentimentos e emoções se ligarem às palavras e ao texto.

O contexto também contribui para o entendimento, e o sujeito que fala, e de onde fala, aciona um outro, que escuta e que com ele negocia. Jornais de grande circulação têm um papel fundamental no processo de comunicação social e na história que se escreve. O país viveu em junho de 2013 momentos importantes. Momentos que foram escritos, segundo nossa análise, a partir da seleção de textos verbais, demonstram uma formação discursiva que desqualifica movimentos populares. Ao associá-los a atos de vandalismo e violência, que apesar de existirem não se comparam ao alcance do movimento, deixam de escolher os sentidos de cidadania, brasilidade, lutas legítimas, dignidade do povo. Que os cartazes e faixas empunhados por milhões se sobreponham às manchetes, e que essas vozes reverberem na história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


Baccega, M. A. (1998). *Comunicação e linguagem – Discursos e ciência*. São Paulo: Editora Moderna.

Baccega, M. A. (2007). *Palavra e discurso – História e literatura*. São Paulo: Ática.

Baccega, M. A. (2007). O campo da Comunicação. In Barros Filho, C., & Castro, G., (orgs.), *Comunicação e práticas de Consumo*. São Paulo: Saraiva.

Bakhtin, M. (2002). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da Linguagem*. (10ª ed.), Lahud, M., et al. (trads.). São Paulo: Editora Hucitec.

Brandão, H.H.N. (2004). *Introdução à análise do discurso*. (2ª ed.) Campinas: Editora Unicamp.

Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2008). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.

Freire, P. (1983). A importância do ato de ler. In *A importância do ato de ler em três artigos que se completam.* São Paulo: Cortez.

Freire, P.(2003). *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e terra.

Lippimann, W. (1972). Estereótipos, in Steimberg, C. S. (org.) *Meios de comunicação de massas*. Mendes Casado, O. (trad.), São Paulo: Cultrix.

Orlandi, E. P. (2009). *Análise do Discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

Orlandi, E. P. (2008). *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Unicamp.

Pinto, Á. P. (1979). Teoria da Cultura, in Pinto, Á. P. *Ciência e existência. Problemas filosóficos da pesquisa científica*. São Paulo: Paz e terra.

Schaff, A. (1971). *Linguagem e conhecimento.* Reis, M. (trad.), Coimbra: Almedina.

Schaff, A. (1973). Lenguaje y acción humana, in *Ensayos sobre filosofia del linguaje*. Formosa, F. (trad.), Barcelona: Ariel.